

# Bastardos da liberdade

## ESTADO DE SÃO PAULO

4 DEZ 1987

Durante o período mais festivo da reconquista das liberdades democráticas e da lua-de-mel do regime de transição com a sociedade brasileira, cunhou-se uma expressão, que ficou na moda no noticiário político: "entulho autoritário". A debochada metáfora significava tudo o que, herdado da prática política mutilada da ditadura militar, tentasse sobreviver nos estertores do regime moribundo. Estes últimos anos de caminhada em direção à plena democracia estão mostrando, contudo, que os vícios da política brasileira não são apenas fruto da mutilação autoritária, mas muitas vezes resultam de doenças infantis antigas, muito anteriores a março de 1964, ao Ato Institucional nº 5 e ao pacote de abril.

O episódio da votação da proposta de alteração do regimento interno da Constituinte, preparada pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e apresentada pelo grupo interpartidário majoritário conhecido como Centrão, é uma prova de que esta doença existe. Mergulhada numa crise econômica inédita em sua história, perplexa com a falta de alternativas para esta crise, a nação brasileira tomou conhecimento, graças ao noticiário dos jornais e das emissoras de rádio e de televisão, do verdadeiro circo armado para impedir a manifestação da maioria, única forma conhecida nas democracias institucionalizadas de tomada de de-

cisões importantes a respeito de assuntos de interesse coletivo.

A sessão de anteontem no plenário da Câmara, em Brasília, foi o típico exemplo de como não deve funcionar um Parlamento e — pior ainda — de como não pode agir uma assembléia reunida, em nome de todo um povo, para redigir uma Constituição. Desde a votação em plenário que decidiu pela preferência da votação do projeto preparado pelo Centrão para alterar o regimento interno da Constituinte, as lideranças políticas tiveram uma semana para chegar a um acordo. Um acordo é sempre desejável, principalmente quando estão em questão dispositivos constitucionais, que significam o mais importante pacto político do Brasil em mais de 40 anos e também o ponto de partida fundamental para a construção de uma democracia justa, saudável e, sobretudo, duradoura.

Infelizmente, porém, o acordo não aconteceu na semana inteira de negociações entre os líderes das diversas facções e houve uma tentativa, também frustrada, de se chegar ao entendimento durante a realização da sessão, na tarde de anteontem. O pequeno expediente, também conhecido como "pinga-fogo", se estendeu pelas quatro horas de duração da sessão, encerrada sem que se atingisse seu objetivo: a votação do projeto de Roberto Cardoso Alves para alterar o regimento. Durante a sessão inteira, a Mesa informou, em

resposta a várias questões de ordem, que estava cumprindo a pauta de acordo com o regimento vigente e que, no momento oportuno, a matéria seria posta em votação.

Tratava-se de um evidente engodo. Ao longo de toda a discussão, os presidentes que se alternavam na sessão, Mauro Benevides (PMDB-CE) ou Mário Alves (PDT-AC), recebiam, por telefone, instruções e apelos do multipresidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para que fossem "empurrando com a barriga" a "discursalha" toda, porque o acordo estava prestes a sair. O distinto público e mesmo os constituintes convocados para votar não foram corretamente informados sobre o que acontecia realmente. No fim, como, mais uma vez, o acordo não foi possível, a farsa foi desmontada. Os negociadores do Centrão voltaram correndo para o plenário, tentaram armar uma votação, mas a Mesa, num golpe autoritário e antidemocrático, resolveu encerrar a sessão sem fazer a chamada para a votação. Formou-se um tumulto e um constituinte, o deputado Salim Curiati (PDS-SP), subiu à Mesa para tentar reabrir a reunião. Ou seja, a farsa virou chanchada. E a votação foi transferida para ontem.

Quem ouviu os intermináveis discursos dos deputados convocados à tribuna na sessão de anteontem tem motivos muito sérios para en-

tender de vez o descrédito em que caiu a classe política perante a sociedade brasileira. Cúmplices de uma comédia, em que os interesses da maioria não são levados em conta e estão sendo irremediavelmente empurrados para a frente por golpes regimentais dados por líderes controlados por facções minoritárias, os constituintes brasileiros estão desmanchando o castelo de areia de esperanças em que se transformou sua assembléia para o povo brasileiro.

Sessões encerradas por golpes da Mesa, mentiras contadas com a maior desfaçatez por pessoas escolhidas para cargos de responsabilidade no processo de elaboração da Constituição, estratégias que contam com o descaço, a preguiça e a omissão da maioria infelizmente se transformaram em manifestações culturais da atividade política no Brasil. É preciso denunciar isso, ao mesmo tempo em que se deve esclarecer que estas doenças infantis da política brasileira não são manifestações doentias da democracia como regime, regra geral. A tentação autoritária, acirrada por lamentáveis episódios como os que envolveram a votação do regimento, na qual não faltou nem mesmo agressão física, na sessão de ontem, não deve ser invocada. Mas, para afastá-la, é preciso combater esses sintomas — a mentira, a omissão e a preguiça —, que não são filhos naturais, mas bastardos, da liberdade democrática.